

# Leitura de prosa arcaica na cerimónia de atribuição do Prémio Pessoa 2003

*José Joaquim Gomes Canotilho*

(A história que vai contar-se é, afinal, uma história de poetas.)

## 0. Confissão de desassossego

Gostaríamos de começar esta fala por uma confissão. Estar-mos aqui perante uma assistência tão selecta e seleccionada é mesmo, para nós, um verdadeiro desassossego. Não temos para vos oferecer poesia, música, pintura ou ciência. À míngua de dotes, competências e saberes artísticos, outro remédio não temos senão o de vos pedir dez minutos de atenção a fim de lermos “mal e por alto” umas histórias escritas em prosa arcaica. O agasalho espiritual para este refúgio está bem perto de nós, no “Livro de Desassossego” de Bernardo Soares. “Ler mal e por alto é libertarmo-nos da mão que nos conduz”. Escrever em prosa é afinal, sem o sabermos, cultivar a única arte em “mundo civilizado perfeito”. Valham-nos, ao menos, estes desassossegos prosaicos para a história que vai contar-se. Ela é, afinal, uma história de poetas.

## 1. História(s) de poetas e História de Cultura Constitucional

Há três anos tivemos a honra de apresentar em Granada o maior teórico europeu da Constituição Cultural, ou, se preferirmos, da Cons-ti-tui-ção como Cultura – o Professor

Peter Häberle. A cerimónia terminou com um sarau nos palácios de Granada. Peter Häberle ao piano, acompanhado ao violino pelos seus assistentes universitários, demonstrava que a Constituição e a cultura podem ter a mesma raiz e os mesmos intérpretes. O tema era Mozart. O reputado constitucionalista adorava Mozart e Goethe.

Não temos para vos oferecer poesia, música ou ciência, dissemos já. Seria, porém, pouco artístico, impor-vos especulações teóricas sobre os problemas da política e da Constituição. Preferimos, por isso, trazer um testemunho pessoal sobre histórias e poetas. É esta – assim o cremos – a forma de vos apresentar *alguns* lugares de poesia por onde também peregrinaram *alguns* dos Prémios Pessoa. Seja-nos, porém, permitido, à guisa de intróito, uma saudação à comunidade jurídica. O direito é também um foro de letras, de música e de pintura, mesmo quando a rotina das “togas”, das “becas” e dos “capelos” esmaga a criação de “cores sonoras” ou a récita de paisagens humanas.

## 2. Um Prémio para a Cultura Jurídica

As palavras correm curso nos livros, nos colóquios, nas convenções, nas mesas redondas: “cultura jurídica”, “cultura constitucional”, “cultura de direitos fundamentais”, “ciência do direito como ciência da cultura”, “comparação jurídica como comparação cultural”. Invocam-se fórmulas latinas elegantes: “o direito é a arte do bom e do justo” (*jus est ars boni et aequi*). Acrescenta-se que a arte e a cultura fazem parte das Constituições. Riscar a dedicatória da sinfonia *Heróica* a Napoleão é um acto de cultura constitucional. O passo do juramento e perdão na primeira cena do *Mercador*

*de Veneza* de Shakespeare é um artigo bem redigido de qualquer constituição. O *Círculo de Giz Caucasiano* de B. Brecht é e será sempre um tratado sobre a justiça. A ópera *Nabucco* de Verdi transporta o hino nacional secreto da Itália. Citam-se mesmo momentos culturais de alta densidade constitucional, com o conhecido aforismo de Goethe: “Quem possuir arte e ciência, tem também religião; quem não possuir aquelas duas, então terá religião”. Seja. O Júri do Prémio Pessoa nunca tinha olhado para os juristas. Acontece, até, que alguns premiados – Fernando Gil, Herberto Helder, Vasco Graça Moura, Manuel Alegre – foram contemplados apesar do seu pecado original. Impuseram-se na área cultural como filósofos, artistas, poetas, porque cometeram o crime da “insubordinação mental”. Libertaram-se das amarras dos Códigos, fugiram de letras iletradas, fingiram outros outros sentimentos, “desengaçaram a alegria do chato amável mundo”. Compreender-se-á, pois, que o nosso ónus de prova comece por envolver a comunidade jurídica. Os juristas – deve dizer-se em abono da verdade – sempre se confrontaram com os grandes temas e os grandes problemas das pessoas e das comunidades humanas. Com a *justiça*, essa obrigação impossível, a única que se impõe a todos os povos antes de entrarem nas terras prometidas. Com a *prudência*, essa arte moral do possível em situação de incerteza e que desde Ulisses permite chegar a bom porto, resistindo aos cantos das sereias. Com a *tolerância*, essa nobre forma de estar, de pensar, de admitir, de incluir, de respeitar, de discordar, de ser outro. Com o *civismo*, essa liberdade-antiga-moderna, amiga de virtudes e deveres, da autonomia da pessoa e da participação do cidadão. Com a *imagem e dignidade da pessoa*, miolo de nós, do “sentimento de nós” e raiz fundante da vida comunitária.

Arte ou ciência, o que se pede aos juristas é que não deixem de ser juristas, mas que, sendo-o, leiam poesia. Façam como

sugere um poeta-jurista (Osório de Castro) aos “Vindouros”:

“Aprendam a ler nas entrelinhas  
nos punhos ígneos e fechados  
na corda, na pedra que nos naufraga

.....  
E julguem, depois julguem-nos com dureza.”

E quando a arte retórica falhar, visitemos a Farmácia do Evaristo. Conversemos um pouco sobre legitimidade e legitimação da República com os “Gomes Pipa” e os “Mendes” de agora. E evitemos, por fim, o diletantismo da supraciência sobre o mundo e as imagens do mundo. João Lobo Antunes escreveu-o em termos plásticos, recordando o patrono deste Prémio: “os cientistas deste e do próximo século sabem que a tarefa é *«thinking into the human brain»*”, pois continuamos todos sem saber porque é que o “binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo”.

### 3. Um clube de poetas vivos

Gostaríamos de continuar, agora de forma “retratíssima”, a nossa récita, com uma história de poetas. O patrono do Prémio que nos foi atribuído talvez nos perdoe “a impossibilidade de exprimir todos os sentimentos” ao avançarmos com um preâmbulo mensageiro onde as vozes dos poetas convocam murmúrios quase conventuais. Poucos acreditarão no que vamos contar. Lá por meados da década de 60 do século passado iniciámos funções docentes na Faculdade de Direito de Coimbra. Vejam só: os catedráticos de direito dividiam-se entre os “Pró-Régio” e os “Pró-Torga”. Como não ficar comovido com as notas sublimes do “Cântico Negro”? O verso-omega da genialidade lá estava:

“Vem por aqui, dizem alguns com olhos doces

.....

A minha glória é esta:

Criar desumanidade

Não acompanhar ninguém

- Que eu vivo com a mesma “sem vontade”  
com que rompi o ventre de minha mãe”

Os lentes Pró-Torga não desarmavam. O que dizer das montanhas criativas da “Criação do Mundo”, dos Cantos sobre o “Menino-Filho” e das “Duzentas Mulheres” das “Le-zí-rias”? Como juntar no Menino-Filho o telúrico e o transcendente?

“Assim, vejo-te apenas como sei  
Um corpo que parou de levedar  
E veio à tona ver o céu mais alto”

*Lezírias*

“São duzentas mulheres  
Cantam não sei que mágoa

.....

Cantam plantadas n’água”

Mais tarde, o cisma deslocou-se para poetas mortos eternamente vivos. Não agigantem o Pessoa para apoucar o Camões, proclamavam uns. Dentre os “pró-camonianos”, é de justiça salientar um homem – o Doutor Orlando de Carvalho – que nas longas noites, ou melhor, entre a “noite e o dia”, nos impunha a comunhão da cultura possível na província universitária. Shakespeare, num inglês quase perfeito; Brecht, num alemão de causar inveja; Paul Valery, num tom e dom parisienses; Garcia Lorca, num castelhano puríssimo; Dante, num italiano renascentista que o próprio Dante gostaria de ouvir. Isto para além de nos ensinar que

“O Último Ano em Marienbad” é uma verdadeira “sinfonia à nossa consciência onírica”. Nos intervalos da Poesia, o Adriano tocava com os ventos a ouvirem-no. Outros admiravam a “terceira coisa”. Pessoa, génio da modernidade.

“Ó quem nos dera Walt

A terceira coisa, a média entre a arte e a vida”

Porquê – perguntarão – estas longínquas memórias poéticas de quem não é poeta. A resposta é muito simples. Na peregrinação anterior e interior pelos Prémios Pessoa encontramos poetas “desertores do direito” e a isso já nos referimos no começo desta intervenção: Porquê insistir? Para acentuar os modos. O “modo Manuel” de declinar “Praças da Canção” e “Senhora das Tempestades” subiu e desceu as escadas de Minerva e ensinou-nos que “há um poema escrito em página nenhuma”. Por estas escadas andou Herberto Helder com seu “modo herberto” pessoalíssimo e retratíssimo: um “etc”. genial de recusa com o “silêncio no centro da frase” e a dizer-nos humildemente que “Ninguém tem mais peso que o seu canto”. O “modo Vasco” não o conhecemos nestas paragens, mas sim com um camuflado de recruta licenciado em direito. Reencontrámo-nos recentemente no “Purgatório” de Dante a ouvir a explicação de Virgílio sobre o “curso do Sol”. O Prémio Pessoa é afinal um “Clube de Poetas Vivos”. Falta o modo “metapoético” do nome da Rosa: ele está entre nós a avivar as “invisíveis palavras”, a colocar-nos “A Mesa do Vento” e a elevar-nos às “Espiras de Dionísio”.

A história do Clube dos Poetas Vivos não fica por aqui: Há uns anos, na casa dos Maias (Fundão), a mesa redonda do

pequeno almoço dava agasalho à conversa dos poetas com os profanos, grandes e pequenos. O meu filho Pedro, ainda uma criança, viu, ouviu e registou. Pai: este é que uma pessoa poeta, o Senhor Poeta Eugénio de Andrade? Eugénio, Senhor Poeta, *Salutem!*

#### 4. E agora, José?

Todos o sabem. Todos o sabemos. Há um “modo José”, “há sempre um José a fumar diante do espelho no país dos vintes capitães!” José é um qualquer do povo, muitas vezes em “solidão dobrada” – mas nunca um homem cúmplice – nas cidades e nos campos. Não é “preciso fumar ao espelho” como o nosso Cardoso Pires para descobrir no remoinho esmorecido dos fumos o José concreto que come o pão até retornar ao solo. Peguemos na rabiça do arado, sulquemos a *Lavoura Arcaica* portuguesissimamente escrita, de Radovan Nassar, e depressa descobriremos o José, a terra, o trigo, o país, a mesa, a família (a terra), o trabalho, o tempo. Mais do que isso. É a memória desse José – ou melhor, dessas Marias e desses Josés, desses “desnomes”, desses “sujeitos desacontecidos” (Manoel de Barros) – que permite transcrever estas palavras:

“e, circunstancialmente, entre posturas mais urgentes, cada um deve sentar-se num banco, plantar bem cada um dos pés no chão, curvar a espinha, fixar o cotovelo do braço no joelho, e, depois, na altura do queixo, apoiar a cabeça no dorso da mão, e com olhos amenos assistir ao movimento do sol e das chuvas e dos ventos, e com os mesmos olhos amenos assistir à manipulação de outras ferramentas, que o tempo habilmente emprega em suas transformações, não questionando jamais sobre os seus desígnios sinuosos como não se questionam nos seus puros planos das planícies as trilhas tortuosas, debaixo dos cascos, traçados nos pastos pelos rebanhos: que o gado vai sempre ao poço”

O gado vai sempre ao poço e as virtudes vêm sempre ao de cima. A honradez, a seriedade, a humildade, a fraternidade, a amizade, podem ter desaparecido das crônicas mundanas do paço, mas permanecem firmes nas heranças rochosas de Riba-Coa. Não sabemos se as virtudes cívicas nos foram legadas pelos Vetões e pelos Túrdulos, pelos Viriatos e pelos Sertórios, pelos Celtas e pelos Iberos, pelos árabes-moçárabes ou pelos judeus raianos. Esperemos que alguém obrigue Cláudio Torres e José Mattoso a cumprirem uma nova missão histórica: escavar as arqueologias escondidas nas fragas e redescobrir a formação do povo português.

O gado vai sempre ao poço e a mensagem vem sempre ao de cima. Também um outro José conversou com azinheiras que nem sabiam a idade. Encontrou-se um dia com um “anjo torto / desses que vivem na sombra”

“E agora José?

.....

Você que é sem nome

Que zomba dos outros.

Você que faz versos, que ama, protesta  
e agora, José?”

Neste José estão outros “josés”, outros “adrianos”, outros “manueis”, outros “mários”, outros, outros. Outros que “animaram a malta”!

O direito constitucional da liberdade e da cultura junta-se à canção. Os grandes mandamentos das leis superiores – a liberdade, a justiça, a responsabilidade, a democracia, a

inclusão – não foram, como é óbvio, criados ou inventados pela geração a que pertencemos. Mas não levarão a mal que roube as palavras a Luís Miguel Cintra por ocasião do espectáculo belo sobre o poema de Ruy Belo, a *Margem da Alegria*, ali bem perto dos sítios onde vivemos: “o testemunho íntimo de uma geração às voltas com o seu envelhecimento”.

Com esta memória sentida talvez se compreenda por que é que a Constituição se nos revela como uma forma cunhada de memórias desenvolvendo-se através da vida. O mundo de hoje não é um fragmento cristalizado da retórica política de ontem, mas as ligaduras da Constituição cultural pertencem, como um dia escreveu J. Beuys, ao “verdadeiro, ao bom e ao belo”.

## 5. Deus, Beach e o silogismo

As memórias envelhecidas permitem-nos uma última deixa e que servem para agradecermos ao Virgílio Caseiro, nosso Maestro, a presença nesta cerimónia. Vêm-nos à lembrança as mobilizações para uma República hoje desaparecida, bem ao jeito coimbrão. Passava regularmente pelas ruas onde vivíamos ou vivemos – ruas de poetas: Guerra Junqueiro e Antero de Quental – um casal de namorados, ele alto quase a conversar com os estudantes do primeiro andar, ela baixinha a rondar as janelas do rés-do-chão. As fitas azuis escuras sugeriam que se tratava de quartanistas de letras, filósofos, romanistas, germa-nistas, historiadores. Nunca mais tivemos notícias deles. Mas o Carlos – o estudante – entendia que o caloiro tem sempre orelha dura e, por isso, com o rigor de imperativo praxístico, deveria comparecer na República todos os sábados para ouvir Mozart, Beethoven, Schubert e Bach, e fazer imediatamente uma explicação dos sons,

sinfonias e harmonias das peças musicais. O castigo era sempre o mesmo. No próximo sábado o caloiro vai aprender mais! Supomos ter sido este nosso doutor a ensinar-nos uma forma de silogismo então explicada na filosofia do Liceu:

A música é Deus

Bach é a música

Bach é Deus.

Terminamos, assim, com Deus, Bach e o silogismo.

Era isto o que vos queríamos dizer

O que vos queríamos dizer era isto.

Lisboa, Museu Militar,  
22 de Março de 2004